

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE.**

JOSÉ MÁRIO BISPO SANT'ANNA

**EFEITO DO GASTO PÚBLICO SOBRE O PIB: um teste empírico nos
Municípios do Estado do Espírito Santo.**

VITÓRIA

2006

JOSÉ MÁRIO BISPO SANT'ANNA

**EFEITO DO GASTO PÚBLICO SOBRE O PIB: um teste empírico nos
Municípios do Estado do Espírito Santo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador:

Professor Doutor Arilton Carlos Campanharo
Teixeira

VITÓRIA

2006

Dedico este trabalho a minha
esposa Silvana e ao meu filho
Pedro Enrico.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de uma dissertação requer muito esforço e principalmente compreensão dos familiares e ajuda de amigos, professores e profissionais. Sem este conjunto de forças positivas, o trabalho fica impossibilitado de ser realizado, posso dizer que este é um trabalho de equipe.

Em primeiro lugar agradeço ao Senhor Deus, pois nesta caminhada Ele sempre se fez presente.

À minha esposa Silvana por sua compreensão e esforço, no entendimento do alcance deste sonho, suportando minha ausência e quando das minhas ansiedades e necessidades pude contar com seu apoio, carinho e amizade.

Ao meu filho Pedro Enrico, com inteligência e amor nos momentos difíceis se fez presente como amigo.

Aos meus pais que com dedicação nos momentos certos me orientaram.

A Heloisa Helena, Jorge, Alexandre e a Catarina cada um com sua parcela de dedicação.

Aos colegas, professores e funcionários do curso de Mestrado da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, pelo convívio e transferência de conhecimento.

Aqui em especial o Professor Doutor Arilton Carlos Campanharo Teixeira, com sua experiência e dinâmica tornando o complexo em simples, transformando esta etapa deste projeto mais suave.

Não poderia de deixar de mencionar o colega e professor Luiz Fernando Dalmonech sem dúvida fez a diferença nesta etapa do curso, pelo seu profundo

conhecimento teórico como pesquisador e por sua humildade e simplicidade com que carrega e disponibiliza este saber.

Professor Doutor Aridelmo José Campanharo Teixeira, ao Professor Doutor Fabio Moraes da Costa, ao Professor Doutor Valcemiro Nossa e demais professores desta Instituição pelas valiosas contribuições no desenvolvimento do curso, tornando possível a elaboração e conclusão deste trabalho.

“Para que não sejamos mais meninos, inconstantes, levados ao redor por todo vento de doutrina, pelo engano dos homens que com astúcia induzem ao erro.

Antes, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo.”.

(Efésios 4:14/15.)

RESUMO

O Estado brasileiro arrecada aproximadamente 37% do PIB sob a forma de receita e a sua despesa já alcança 40% do PIB. A tentativa para a compreensão e explicação de como este desequilíbrio está afetando a atividade econômica e qual seria o impacto dos gastos públicos na economia tem sido uma preocupação constante, desde gestores, pesquisadores e do mercado. O ente local pela sua localização mais próxima com a população tende a direcionar os recursos orçamentários para o gasto social na tentativa de uma alocação e distribuição de riqueza para reduzir as desigualdades. Este volume de recursos leva-nos a pesquisar os efeitos do gasto social sobre o produto interno bruto nos municípios do Estado do Espírito Santo. Estes gastos representam um percentual de 64,46% em apenas oito funções orçamentárias de um total de 28 funções estabelecidas. Esta preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia e principalmente qual o impacto sobre a formação do produto, se apresenta tendo em vista que vários estudos demonstram uma relação positiva entre o setor público e o setor privado na formação e distribuição de riqueza, outros apresentam resultados negativos. E neste contexto o governo federal, estadual e local tem sido pressionado a fazer uma melhor utilização de recursos, haja vista, que existe limite para a expansão da receita que financiam os gastos governamentais. O objetivo deste trabalho é analisar a relação existente entre o PIB municipal per capita e o gasto social dos Municípios do Estado do Espírito Santo. Constatou-se no resultado final deste trabalho a não existência de qualquer relação estatística entre a formação do produto interno bruto dos Municípios e os gastos sociais municipais representados pelos indicadores de assistência e previdência, saúde e saneamento, educação e cultura, habitação e urbanismo.

ABSTRACT

The Brazilian state receives approximately 37% of the Brazilian GDP as revenue and its expenses have already reached 40% of the GDP. It has been a constant concern for business, researchers and the market itself to try to understand and explain how this imbalance is affecting the economic activity and what its impact in the economy is. The local authorities are inclined to direct budgeted resources to social expenses in an attempt to allocate and distribute wealth in order to reduce inequalities. This amount of resources lead us to research the effects of the social expense over the GDP in the municipalities of Espírito Santo state. These expenses represent a percentile of 64,46% in only eight budget functions of a total of 28 established functions. This preoccupation with the effects of public expenditure in the economy and mainly what is its impact over the make up of the product, considering that many studies demonstrate that the public sector acts in interaction with the private sector in the formation and distribution of wealth. In the context the federal, state and local government has been pressed to make a better use of resources given that there is a limit for revenue expansion to finance government expenses. The objective of this work is to analyze the existing relationship between the GDP per capita and the social expense of the Espírito Santo state municipalities. It was verified in the result end of this work the non existence any statistical relationship between the formation of the gross domestic product of the Municipal districts and the municipal social expenses represented by the indicators of attendance and precaution, health and sanitation, education and culture, house and urbanization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices de atualização de valores.

Tabela 2 - Comparativo das Funções Orçamentárias.

Tabela 3 - Tabela 3. Percentual participação do Estado do ES no PIB/ Brasil.

Tabela 4 - Os dez Municípios em menor gasto como percentual do PIB

Tabela 5 - Efeitos aleatórios - Variável Dependente – PIB Municipal Ajustado per Capita.

Tabela 6 - Efeitos Fixos - Variável Dependente – PIBa pc.

Tabela 7 - Relação dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Tabela 8 - Funções e Sub-funções utilizadas como gasto social.

Tabela 9. Produto Interno Bruto dos Municípios do Espírito Santo.

Tabela 10. Percentual excluído do PIB referente ao Setor Administração Pública.

Tabela 11. Pib per capita 1999 a 2003.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - % médio de gasto social sobre o gasto total.

Gráfico 02 - % médio de gasto total e de gasto social sobre o PIB.

Gráfico 03 - % Participação no PIB do Setor da Indústria.

Gráfico 04 - % Participação no PIB do Setor da Agricultura.

Gráfico 05 - % Participação no PIB do Setor de Serviços.

Gráfico 06 - % Participação no PIB do Setor da Administração Pública.

SUMÁRIO

Capítulo 1	12
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Formulação do problema.....	14
1.2 Formulação do objetivo geral.....	15
1.3 Hipóteses.....	16
Capítulo 2	18
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	18
Capítulo 3	22
3 GASTO PÚBLICO, GASTO SOCIAL e PIB.	22
3.1 Gasto público.....	22
3.2 Gasto social.	22
3.3 Produto interno bruto.	25
Capítulo 4	28
4 METODOLOGIA	28
4.1 Metodologia sobre os Indicadores Sociais.....	29
4.2 Metodologia sobre o Produto Interno Bruto.	32
4.3 Variável de Controle.	35
Capítulo 5	36
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
Capítulo 6	40
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	40
Capítulo 7	43
7 CONCLUSÃO	43
8 REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

As barreiras para a promoção do crescimento do PIB do estado brasileiro são diversas, segundo o diretor mundial da Mckinsey, Ian Davis (2006, pg.104 Veja), a informalidade, a má qualidade das legislações, a má qualidade dos serviços públicos e a falta de investimentos em educação e infra-estrutura são entraves que deverão ser vencidos, para que o país volte a crescer e aumente sua renda per capita.

O Estado brasileiro já arrecada aproximadamente 37% do PIB sob a forma de receita e a sua despesa já alcança 40% do PIB. Uma das principais justificativas para esta participação do Estado na economia está na busca da equidade na distribuição de renda e riqueza e a promoção do crescimento econômico.

Entretanto, muitas evidências encontradas vão ao sentido contrário. Barro (1990 apud CÂNDIDO JUNIOR 2001 pg. 6) afirma que o “tamanho do governo surte impacto sobre a taxa de crescimento econômico (...)”, os gastos do governo gerariam externalidades positivas até um determinado nível, que acima deste limite “tem repercussão negativa sobre a taxa de crescimento (...)”.

Analisando os países em desenvolvimento, SCHMITZ (1996) e COLE *et all* (2004) também obtiveram evidências de que a renda per capita nestes países são menores devido aos altos gastos públicos e receita tributária.

A nação brasileira adota o sistema de governo federal, com um governo central e dois governos subnacionais (Estados e Municípios), com certa autonomia, com competência legal e com uma área definida de atuação (MENDES 2004, pg.423).

O estado brasileiro possui 26 Estados, 1 Distrito Federal e 5.564 Municípios, com 78 desses no Estado do Espírito Santo. O Município objeto de nosso estudo tem uma estrutura própria de arrecadação e de gastos voltados para sua área de atuação territorial.

As tentativas de compreensão e explicação de como esta arrecadação e estes gastos estão afetando a atividade econômica tem sido uma preocupação constante principalmente de pesquisadores, investidores e do próprio governo.

Dados revelam que o crescimento do produto de países e regiões tem tido uma variação enorme assim como tem sido grande a variação do produto per capita entre regiões. O Pib per capita é um dos indicadores utilizado para explicar o bem estar econômico e justificar investimento público e privado em determinadas regiões, com a criação de Fundos que venham programar esta mudança nestas regiões.

Este estudo utilizará como variável dependente o PIB per capita publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e como variável explicativa o gasto social, desmembrado em quatro indicadores, resultado da execução orçamentária dos Municípios do ES.

A legislação orçamentária estabelece uma estrutura de 28 funções de gastos definidos pela portaria 42/99 do governo federal, Cunha Rezende (1997 pg.3) dividiu estas funções orçamentárias, em 3 (três) grupos: gasto social, gasto econômico e gasto mínimo.

O primeiro grupo objeto de nosso estudo é composto pelas seguintes funções: assistência social, previdência social, saúde, saneamento, educação, cultura, habitação e urbanismo. As demais foram classificadas nos grupos econômico e mínimo.

Observou-se que os 78 municípios capixabas em sua execução orçamentária, de 1999 a 2003 em valores monetários, aplicaram em média no grupo do gasto

social um percentual equivalente a 64,46%, restando então para as demais 20 (vinte) funções o equivalente a 35,54%.

O gasto social municipal será apurado, a partir da base de dados obtida junto à da STN – Secretaria do Tesouro Nacional, finanças municipais, dos chamados banco de dados FINBRA de 1999 a 2003, nas funções orçamentárias de despesa, específicas de gasto social, dividindo pela quantidade de habitantes.

Quanto à estrutura dos indicadores sociais, a formação será a despesa realizada nas funções orçamentárias governamentais alocadas nas seguintes funções orçamentárias (assistência social e previdência social, saúde e saneamento, educação e cultura, habitação e urbanismo) dividida pelo número de habitantes dos Municípios.

O artigo subdivide-se em quatro partes (excluindo esta introdução). Na primeira a revisão da literatura. Na segunda parte analisam-se o gasto público, o gasto social e o produto interno bruto. Na terceira parte está a metodologia e apresentação dos dados. Na última parte apresentamos os resultados da pesquisa.

1.1 Formulação do problema.

De acordo com Paes, Mendonça e Duarte (1997, pág. 1),

“O nível de bem estar de uma sociedade é determinado pela distribuição dos recursos disponíveis. Dentre os diversos tipos de recursos disponíveis a renda aparece com um papel de destaque. Este destaque advém do fato que se existissem mercados perfeitos para todos os tipos de recursos o nível de bem estar social seria completamente determinado apenas pela distribuição de renda”.

Assim, o setor público tem uma importante função na distribuição de renda dado a existência de mercados imperfeitos.

Conforme exemplificado por Varsano (2001, pg.1).

“Diferenças na oferta de bens públicos entre unidades de governo causam movimentos migratórios que resultam em concentração da população urbana. Esta tende, por um lado, a aumentar a capacidade tributária e,

nessa medida, a capacidade de oferta de bens públicos, aprofundando, portanto as disparidades econômicas no espaço. A concentração excessiva da população urbana, por outro lado, dá origem à congestão que aumenta os custos de provisão dos bens públicos, reduzindo a eficiência alocativa dos recursos da Nação.”

Este fato se torna relevante já que segundo Mota (2004, p. 8) existe um caráter assimétrico das condições de vida da população capixaba, onde os municípios do interior, de natureza rural, de menor estrutura produtiva posicionam-se entre os primeiros da lista, em relação ao atendimento das condições básicas de vida da população.

Tendo em vista que na execução orçamentária dos entes locais existe um direcionamento para atendimento dos serviços básicos da população, o seu bem estar ou o gasto social, Oates apud (MENDES 2004, pg.427), “(...) trabalha com a idéia de que o governo local conhece essa preferência (ou pelo menos conhece melhor do que o governo central).” Assim o problema deste trabalho é:

O Gasto Social dos Governos Municipais do Estado do Espírito Santo influenciam na formação do Produto Interno Bruto ajustado per capita municipal?

1.2 Formulação do objetivo geral.

O objetivo deste trabalho é estudar a relação entre o PIB nos municípios do Estado do Espírito Santo e o gasto social. Mais especificamente, buscamos estudar se os gastos sociais (Assistência e Previdência Social, de Saúde e Saneamento, de Educação e Cultura, de Habitação e Urbanismo) geram aumento ou redução do PIB per capita privado (PIB menos gastos públicos).¹

¹ O IBGE apresenta uma metodologia para calcular o PIB municipal que seria composto pela agropecuária, indústria, prestação de serviços e administração pública. Subtraindo esta última do PIB municipal obtemos o que estamos chamando de PIB municipal privado.

Pretende-se verificar em uma análise de dados em painel para municípios do Estado do Espírito Santo, se as práticas na execução do gasto social, considerados como gastos anti-desenvolvimentistas, seriam fatores relevantes para justificá-los no crescimento econômico medido através da metodologia do PIB, dado que na literatura existem pesquisas que encontraram efeitos positivos e efeitos negativos.

Neste contexto é que Barro (1990, pg. 124) conclui que “(...) an increase in resources devoted to non-productive (but possibly utility-enhancing) government services is associated with lower per capita growth.”

Assim, esta análise pode permitir aos gestores públicos e privados bem como as outras organizações de interesses a adotarem estratégias na elaboração, aprovação execução do orçamento público, visando à participação do setor público no crescimento econômico com a finalidade reduzir o abismo entre os que podem e os que não podem usufruir as realizações e riquezas geradas. (FERREIRA, 2004 p. 4)

1.3 Hipóteses.

Segundo Porton e Beuren (2003, pg.99) as hipóteses são tentativas de respostas aos problemas de pesquisa que quando forem testadas podem ser rejeitadas ou não.

O governo local tende a participar mais dos anseios e necessidades da população por sua proximidade, diferente do governo estadual e federal. Os anseios e necessidades podem ser traduzidos em gastos, como a distribuição de renda, saúde, saneamento, educação, urbanismo e moradia. Em virtude desta proximidade

o governo local tem uma maior parcela de seu gasto total direcionada para o gasto social.

Assim, Biderman (2004, pg. 463) escreve que “(...) os governos locais estão mais próximos da população e, portanto, em teoria tomariam decisões mais próximas do desejo dos cidadãos.”

Oates (1972) apud (Mendes 2004, pg.432), “cada bem público deve ser provido pelo nível de governo que represente de forma mais próxima a área geográfica que se beneficia daquele bem” estabelecendo uma descentralização em partes do território nacional.

Por outro lado Avelino, Brown e Hunter (2004, pg. 510), apresentam que:

“(...) a perspectiva da eficiência é a de que os governos reduzirão impostos e gastos em bem-estar social, pois seus custos diminuem os benefícios corporativos, desencorajam o investimento e, conseqüentemente, ameaçam o crescimento econômico doméstico e a competitividade internacional”.

Diante do conceito de eficiência espera-se, portanto por parte dos governos uma postura mais conservadora quanto a sua política fiscal, arrecadação de receitas ou despesas públicas, principalmente o gasto social promotor de bem-estar social.

Assim, a hipótese sugerida para este estudo, que busca conhecer os efeitos do gasto público sobre produto interno bruto Municipal é:

H_0 – o gasto social municipal não influencia no Produto Interno Bruto ajustado per capita dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Capítulo 2

2 REVISÃO DA LITERATURA

A relação entre gastos públicos e crescimento econômico e os efeitos desta relação sobre a economia é uma preocupação constante, já em 1820 com o Reverendo Thomas R. Malthus².

Em 1890, Adolph Wagner um dos primeiros economistas a tentar explicar a existência da relação entre gastos públicos e crescimento econômico, estabeleceu a “Lei de Wagner sobre a expansão das atividades do Estado” onde os “(...) gastos públicos cresceriam inevitavelmente mais rápido do que a renda nacional em qualquer estado progressista” constatou ainda que o “crescimento das atividades do governo era uma conseqüência do progresso social” aumentando assim os gastos públicos (CÂNDIDO JUNIOR 2001, pg. 3 e RIANI 2002, pg.86).

A Lei dos Dispendios Públicos Crescentes, a chamada Lei de Wagner apresentava que o crescimento da renda per capita, necessita da participação cada vez maior do governo na oferta de bens públicos. Samuelson e Nordhaus (1990, pg.207) defendem a alocação eficiente dos recursos públicos na economia, “as despesas públicas em bens e serviços (G) são um factor que exerce uma influência significativa nos níveis de produção e de emprego.”³

Ram (1986), Barro (1990), Cashin (1995), Ascahuer, (1989 apud CÂNDIDO JUNIOR), estudando setores que produzem insumos usados pela iniciativa privada concluem que “os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado”. Podem ser citados serviços que

² Autor da Lei dos Rendimentos Decrescentes – teoria segundo a qual o crescimento da população levaria à redução dos salários dos trabalhadores ao nível mínimo de subsistência.

³ Segundo Samuelson e Nordhaus (1990, pg.207), “no modelo Keynesiano, se G aumentar, o nível resultante do PNB será superior num montante equivalente a esse acréscimo vezes o multiplicador das despesas.”,

preservem os direitos de propriedade e defesa nacional bem como os serviços de infra-estrutura (transporte, telecomunicações e energia).

Rati Ram (1986, pg.202), em uma análise cross-section com um total de 115 países em seu estudo do impacto do tamanho do governo sobre o desempenho e crescimento da economia confirma sua importância e conclui que:

"The main result is that it is difficult not to conclude that government size has positive effect on economic performance and growth, and the conclusion appears to apply in a vast majority of the settings considered. Even more interesting seems to be nearly equally pervasive indication of a positive externality effect of government size on the rest of the economy."

A conclusão de Barro (1990, pg.124) em seu estudo para 76 países com dados de gasto com investimento é representativa e:

"This result is consistent with the hypothesis that the typical country comes close to the quantity of public investment that maximizes the growth rate."

Ascahuer (1989) de acordo com Santana *et all* (2005, pg.3) buscou uma explicação para a redução nas taxas de crescimento da produtividade nos Estados Unidos, na década de 70, a partir da diminuição no estoque em infra-estrutura obteve resultados relevantes da participação do capital público em investimentos em infra-estrutura sobre o crescimento econômico.

Cândido Junior (2001, pg.2) aponta os estudos de Ferreira (1996) e Ferreira e Malliagos (1998) onde existe "(...) evidências de uma forte relação entre investimentos em infra-estrutura (energia, telecomunicações e transportes) e produto".

Rocha e Teixeira (1996) e de Cruz e Teixeira (1999) analisam a relação entre investimentos públicos e investimentos privados. "No entanto, nenhum desses autores capta os efeitos dos gastos públicos totais sobre o produto." (CÂNDIDO JUNIOR 2001, pg.2)

Barro (1990, pg. 122) apresenta várias pesquisas que não encontraram relação positiva entre PIB e gasto público: Kormendi e Meguire (1985) estudando 47 países não encontraram relação entre taxa de crescimento do PIB per capita e a

participação do gasto total do governo no PIB. Grier e Tullock (1987) estendendo o modelo de análise de Kormendi-Meguire a 115 países, acharam uma relação negativa entre o crescimento do produto interno bruto e a participação do governo no produto. Na mesma direção foram as conclusões de Landau (1983) e Barth e Bradley (1987) que encontraram relações negativas entre o nível de despesas de consumo do governo e a taxa de crescimento do PIB per capita.

O comportamento do governo é que define a relação com o produto. Assim o governo pode ou optar para gastar menos ou mais na colocação de serviços públicos (BARRO - 1989, pg.123).

Outros autores apresentam que os gastos públicos não apresentam qualquer relação sobre o produto, Cândido Junior (2001, pg.2) cita os trabalhos de Srinivasan (1985), Buchanan (1980) e Bhagwati (1982) onde estes defendem a “idéia de que os gastos públicos são improdutivos e não geram nenhum produto adicional porque são apenas resultantes de interesses de grupos”.

Schmitz (1996, pg.6) analisando o papel da produção do setor público na Inglaterra e dos Estados Unidos observa que a produção do governo não era a “(...) necessária condição para o desenvolvimento.”

Uma nova abordagem dentro da teoria do crescimento é dada pelos modelos de crescimento endógeno. Segundo Cândido Junior (2001, pg.2) “a discussão mais recente do papel dos gastos públicos no crescimento advém das teorias do crescimento endógeno”. As variáveis de política fiscal, as mudanças tecnológicas e o crescimento populacional, (...) “são inseridas no modelo e podem acionar um diferencial de crescimento (...)”.

De acordo com Lledó (1996, pg.3-5) vários modelos teóricos sobre crescimento endógeno, têm como objeto as relações de longo prazo entre política fiscal, distribuição de renda e crescimento. O governo é a parte principal em todos

os modelos. Quanto menor a carga tributária da economia, maior será o retorno líquido do capital privado e, conseqüentemente, maior será o crescimento do produto observado no longo prazo.

Capítulo 3

3 GASTO PÚBLICO, GASTO SOCIAL e PIB.

3.1 Gasto público.

O gasto público de acordo com Cunha Rezende (1997, pg.2) vem a ser toda despesa executada pelo município com recursos de sua receita. De acordo com o artigo 12 da lei 4.320/64 o gasto público é dividido em despesa corrente (despesas de custeio e transferências correntes) e despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e transferências de capital).

Segundo Rezende (2001, pg.67-80) a classificação dos gastos públicos são três: segundo sua finalidade, sua natureza e quanto a seu agente encarregado da execução do gasto. Quanto a sua finalidade os gastos são classificados em funções, programas e subprogramas, assim determinados pela Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão, “com objetivo de possibilitar aos Entes da Federação a prática de um orçamento-programa mais ajustado aos verdadeiros fundamentos dessa técnica”.

Quanto a sua natureza o gasto público é distribuído em quatro categorias econômicas de despesa: Custeio, Investimento, Transferências e Inversões Financeiras.

E quanto ao seu agente encarregado da execução do gasto está dividido em Administração Direta ou Central e Administração Indireta ou Descentralizada.

3.2 Gasto social.

De acordo com Fernandes *et all* (1988 pg.12), através do texto para discussão nº. 547 definiu gasto social como “(...) aquele voltado para a melhoria, a curto ou longo prazo, das condições de vida da população em geral”. Menciona que são os referentes a programas de trabalho, projetos e ações desenvolvidos nas

áreas de: Educação e Cultura, saúde, alimentação e nutrição, saneamento e proteção ao meio ambiente, previdência, assistência social, emprego e defesa do trabalhador, treinamento e recursos humanos, organização agrária, ciência e tecnologia, habitação e urbanismo, benefícios a servidores.

É considerado como gasto público social por Cavalieri e Pazello (pg. 339) as despesas direcionadas para as áreas de educação, saúde, seguridade e assistência social, emprego, saneamento e habitação. Este gasto compreende os recursos financeiros dependidos pelos municípios ao disponibilizar os bens/serviços no atendimento de demandas social da população local.

O gasto social é também definido por Cunha Rezende (1997, pg.2) como:

(...) à parcela do gasto em políticas públicas destinada à provisão de bens e serviços meritórios ou do tipo quase-públicos. Tais bens, devido a seus graus de exclusão e divisibilidade relativa ao consumo, permitem que o governo não assuma posição monopolista, abrindo portas para a entrada de mecanismos de mercado para a alocação de tais recursos.

Neste trabalho estaremos testando se existe correlação positiva entre estes indicadores e o PIB per capita. Em outras palavras, estaremos testando se o aumento dos indicadores traz aumento do PIB per capita nos respectivos municípios.

Utilizando-se do estudo de Cunha Rezende (1997, pg.2) onde os gastos públicos municipais são divididos em três categorias, sendo a primeira chamada de gasto mínimo (Gm), a segunda de gasto social (Gs) e a última de gasto econômico (Ge). A presente divisão nos permite separar dentre as 28 funções governamentais estabelecidas pela Portaria 42/99. Aqui tratamos de ações finais de governo diferentemente "(...) da classificação utilizada pela teoria dos bens públicos (...) não sendo consideradas as funções de natureza intermediária." (CUNHA REZENDE, 1997, pg. 2).

Assim Cunha Rezende (1997, pg.2) define gasto mínimo (Gm) como:

(...) à parcela de gastos governamentais em políticas públicas considerada como de domínio exclusivo do governo. Estas envolvem a provisão de bens e serviços que se enquadram na categoria de bens públicos puros, os quais não podem ser provisionados por mecanismos de mercado, representando campos de domínio exclusivo do governo.

Objeto de nosso estudo o gasto social (Gs) é então definido por Cunha Rezende (1997, pg.2) como :

(...) à parcela do gasto em políticas públicas destinada à provisão de bens e serviços meritórios ou do tipo quase-públicos. Tais bens, devido a seus graus de exclusão e divisibilidade relativa ao consumo, permitem que o governo não assuma posição monopolista, abrindo portas para a entrada de mecanismos de mercado para a alocação de tais recursos.

Por fim, a terceira categoria, o gasto econômico (Ge) corresponde à parcela do gasto que não haveria necessidade do envolvimento do governo, entretanto o governo se faz presente dada a necessidade de regulação, ou em alguns casos desempenhando atividades empresariais.

A estrutura da tabela apresentada por Cunha Rezende (1997) tende a ter algumas mudanças com a Portaria 42/99, onde algumas funções de governo foram desdobradas, algumas extintas e outras criadas. Após adaptações com a nova portaria as funções passaram a ter a seguinte estrutura:

Gasto Mínimo (Gm)

Bens Públicos Puros

- Legislativa
- Judiciária
- Administração
- Essencial à Justiça
- Defesa Nacional
- Segurança Pública
- Direitos da Cidadania
- Encargos Especiais

Gasto Social (Gs)

Bens Semipúblicos

- Assistência Social
- Previdência Social
- Saúde
- Saneamento
- Educação
- Cultura
- Urbanismo
- Habitação

Gasto Econômico (Ge)

Bens Privados

- Trabalho
- Gestão Ambiental
- Ciência e Tecnologia
- Agricultura
- Organização Agrária
- Indústria
- Comércio e Serviços.
- Comunicações
- Energia
- Transporte
- Desporto e Lazer
- Relações Exteriores

3.3 Produto interno bruto.

O Produto Interno Bruto é uma das várias medidas utilizadas para medir o tamanho de uma economia de um país ou região. É composto pelo gasto com consumo, gasto com investimento, gasto do governo e o líquido das exportações (exportação menos importação).

Produto interno bruto (IBGE, 2005) é o somatório dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras localizadas dentro do país, estado ou municípios, pelo período de um ano. Pode ser analisado por três óticas diferentes:

a) **do lado da produção** - o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção;

Segundo Silva (1999, pg.2), sobre a ótica da produção pode se agrupar o fluxo de bens e serviços em quatro grandes categorias:

1) Bens e serviços de consumo (BC): parcela da produção diretamente destinada à satisfação das necessidades e desejos da sociedade, podendo ser duráveis e não duráveis;

2) Bens e serviços de capital (BK): parcela da produção destinada a ampliar o potencial da economia ou a repô-lo (construção civil e produção de máquinas e equipamento);

3) Bens e serviços públicos (BP): destinado ao consumo ou formação de capital disponibilizado para uso geral (segurança nacional e pública, as praças, a iluminação pública);

4) Bens e serviços intermediários (BI): são os produtos (insumos ou matéria prima) destinados a participar da elaboração dos bens e serviços das demais categorias (de consumo, de capital ou público).

O somatório dessas categorias representam o valor bruto de produção (VBP). Para o cálculo do PIB é necessário eliminar a “dupla contagem” que ocorre com a inclusão do (BI), pois o mesmo já foi incluído na produção das demais categorias (BC, BK, BP).

Entretanto, no caso da exportação dos bens e serviços intermediários (XBI) torna-se necessário incluí-lo na contagem. Os bens e serviços intermediários importados (MBI) que fizeram parte da composição das demais categorias (BC, BK, BP) devem ser subtraídos da contagem.

$$\text{PIB} \equiv \text{BC} + \text{BK} + \text{BP} + \text{XBI} - \text{MBI} \quad (1)$$

b) do lado da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços;

Segundo Da Silva (1999, p.4), o produto demandado (D) é o valor total despendido na aquisição de bens e serviços e capital e públicos pelas famílias, empresas e governo num determinado período.

$$D \equiv \text{DBC} + \text{DBK} + \text{DBP} + \text{MBC} + \text{MBK} + \text{MBP}$$

- 1) Demanda Bens de Consumo (DBC);
- 2) Demanda de Bens de Capital (DBK);
- 3) Demanda de Bens Públicos (DBP);
- 4) Importação de Bens de Consumo (MBC);
- 5) Importação de Bens de Capital (MBK);
- 6) Importação de Bens Públicos.

c) do lado da renda – corresponde ao total de rendimentos originados do aparelho produtivo, ou seja, é igual à renda do custo dos fatores da produção

(capital renda e trabalho). Assim, por definição, é a remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto IBGE (2004).

Capítulo 4

4 METODOLOGIA

Neste trabalho a variável a ser testada é o Produto Interno Bruto Municipal Ajustado per capita (PIBa – pc) e as variáveis explicativas são: indicador de assistência e previdência social, indicador de saúde e saneamento, indicador de educação e cultura e indicador de habitação e urbanismo.

As séries históricas do Produto Interno Bruto Municipal Ajustado per capita e dos Indicadores de gasto nas funções orçamentárias municipais foram obtidas do período de 1999 a 2003, nos 78 Municípios do Estado do Espírito Santo e atualizadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) para o ano de 2003.

O processo para esta atualização é dividi-se o valor histórico pelo índice médio do período do ano, multiplicando-se logo após pelo índice médio atualizado de 2003 conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Índices de atualização de valores

ANO	IGP-DI (Médio)
1999	162.894
2000	185.327
2001	204.529
2002	232.149
2003	285.074

Fonte: FGV

O IGP-DI é apurado desde 1969 através da Fundação Getulio Vargas, registra alterações de preços desde matérias primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais, sua metodologia de apuração é semelhante ao IGPM e ao IGP10, sendo que sua data de apuração é do dia 01 ao dia 30 do mês, e os outros dois tem datas de apuração diferente o IGP-M é do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês subsequente e o IGP10 é do dia 11 do mês anterior ao dia 10 do mês subsequente.

Verificou-se uma grande variação/dispersão (outliers) dos indicadores utilizados no modelo em Reais, tanto da variável independente bem como dos indicadores de gasto, para tornar esses valores lineares utilizou-se do logaritmo neperiano, este procedimento é conhecido como transformação de variáveis e é comum em estudos econométricos.

O método estatístico a ser utilizado é “dados em painel” tendo em vista de tratar-se de Municípios diferentes e do teste ser de vários anos.

De acordo com Pindick e Rubinfeld (2004, p.288) dados em painel é também chamado de conjunto longitudinal que “é aquele que inclui uma amostra de entidades individuais (sejam famílias, firmas, cidades etc.) ao longo de um período de tempo. (...) permite ao pesquisador investigar efeitos econômicos que não podem ser identificados apenas com uso de dados em corte transversal ou apenas o uso de séries temporais.”

Consiste na avaliação conjunta de dados em cortes transversais, *cross section*, observados também no tempo, as séries temporais, portanto a especificação básica de painel tem $i=1, \dots, 78$ e $t= 1, \dots, 5$.

4.1 Metodologia sobre os Indicadores Sociais.

Os Indicadores de gasto Social Municipal serão apurados, a partir da base de dados obtida junto à da STN – Secretaria do Tesouro Nacional, finanças municipais, dos chamados banco de dados FINBRA de 1999 a 2003, nas funções orçamentárias de despesa, específicas de gasto social, dividido pela quantidade de habitantes.

Dos 77 municípios existentes no Estado do Espírito Santo no ano 1999, 64 municípios estavam no banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional; em 2000, com a emancipação de Governador Lindemberg, passando então para um

total de 78 municípios, 75 estavam disponíveis; em 2001, 67 municípios estavam disponíveis; em 2002, 65 municípios estavam disponíveis e em 2003, 64 municípios estavam disponíveis.

Como se pretendeu analisar toda a população e não somente uma amostra dos Municípios do Estado do Espírito Santo, no primeiro momento recorreu-se ao órgão de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, para completar este conjunto de todos os Municípios do Estado

Quanto à montagem dos indicadores de gastos social, a formação será a despesa realizada nas funções governamentais alocadas nas seguintes funções orçamentárias (assistência social e previdência social, saúde e saneamento, educação e cultura, habitação e urbanismo) dividida pelo número de habitantes dos Municípios.

As funções governamentais foram estabelecidas pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Publicada no Diário Oficial da União de 15 de abril de 1999.

Anteriormente a Portaria 42/99, a portaria em vigor era a Portaria nº 9, de 28 janeiro de 1974, sendo substituída pela Portaria de nº. 036, de 17 de dezembro de 1980, que estabelecia um total de 16 funções orçamentárias e a portaria atual abrangem um total de 28 funções, com o desdobrando algumas funções, fato este que não nos permitiu a apuração de indicadores soltos (i.e. educação, cultura), pois como a portaria passou a vigorar somente em 2000 e somente em 2002 que a estrutura municipal passa a utilizá-la, perderíamos os anos de 1999, 2000 e 2001, ficando a série histórica com apenas 2 anos.

Comparativo entre a portaria anterior e a tabela atual:

Tabela 2. Comparativo das Funções Orçamentárias.

Nº FUNÇÃO DE GOVERNO ANTERIOR	Nº FUNÇÃO DE GOVERNO ATUAL
1 LEGISLATIVA	1 LEGISLATIVA
2 JUDICIÁRIA	2 JUDICIÁRIA
3 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3 ESSENCIAL À JUSTIÇA
4 AGRICULTURA	4 ADMINISTRAÇÃO
5 COMUNICAÇÕES	5 DEFESA NACIONAL
6 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	6 SEGURANÇA PÚBLICA
7 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7 RELAÇÕES EXTERIORES
8 EDUCAÇÃO E CULTURA	8 ASSISTÊNCIA SOCIAL
9 ENERGIA E RECURSOS NATURAIS	9 PREVIDÊNCIA SOCIAL
10 HABITAÇÃO E URBANISMO	10 SAÚDE
11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	11 TRABALHO
12 RELAÇÕES EXTERIORES	12 EDUCAÇÃO
13 SAÚDE E SANEAMENTO	13 CULTURA
14 TRABALHO	14 DIREITOS DA CIDADANIA
15 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	15 URBANISMO
16 TRANSPORTE	16 HABITAÇÃO
	17 SANEAMENTO
	18 GESTÃO AMBIENTAL
	19 CIÊNCIA E TECNOLOGIA
	20 AGRICULTURA
	21 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
	22 INDÚSTRIA
	23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
	24 COMUNICAÇÕES
	25 ENERGIA
	26 TRANSPORTE
	27 DESPORTO E LAZER
	28 ENCARGOS ESPECIAIS

As composições atuais das funções de governo demonstram uma maior informação para o controle, “(...) expressando com relativa precisão as preferências alocativas (...)”, Cunha Rezende (1997, p.2) como exemplo temos o que antes era a função educação e cultura, fica aqui desmembrada em uma função educação e uma função cultura.

A partir da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, observou-se um universo de 28 funções de governo, sendo considerada como funções sociais somente o somatório das seguintes: Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Saneamento, Educação, Cultura, Habitação e Urbanismo.

Assim, formaram-se os seguintes indicadores de gasto social:

- Indicador Assistência e Previdência Social = Despesa na Função Assistência e Previdência Social dividido pelo número de Habitantes do Município.
- Indicador Saúde e Saneamento = Despesa na Função Saúde e Saneamento dividido pelo número de Habitantes do Município.
- Indicador Educação e Cultura = Despesa na Função Educação e Cultura dividido pelo número de Habitantes do Município.
- Indicador Habitação e Urbanismo = Despesa na Função Habitação e Urbanismo dividido pelo número de Habitantes do Município.

4.2 Metodologia sobre o Produto Interno Bruto.

O produto interno bruto municipal é disponibilizado pelo IBGE, com informações a partir de 1999 com uma metodologia específica para sua composição e ajustado previamente para todo o Brasil.

O Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios passou a ser desenvolvido desde o ano 2000, em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, no caso específico do estado do Espírito Santo, é o IPES – Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves.

Segundo IBGE (2004):

O método de cálculo do PIB consiste num processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades das unidades da federação: primeiro, estima-se o valor estadual de cada agregado; em seguida, reparte-se esse valor pelos municípios, ou seja, uma vez estimado o valor adicionado por atividade de cada estado, procede-se à distribuição para as atividades municipais, segundo indicadores escolhidos para este fim. A abertura de trabalho no PIB dos Municípios é, quase sempre, mais desagregada do que a apresentada nas 15 atividades econômicas das Contas Regionais.

A composição do produto interno bruto dos municípios tem sido apresentada com certa defasagem, para ilustrar em novembro de 2005 publicou o PIB dos Estados e dos Municípios referente ao ano de 2003, ainda sujeito a revisões.

O Produto Interno Bruto dos Municípios é obtido em valores correntes, por estimativa, onde se determina o valor adicionado das operações da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços, da Administração Pública e mais a participação do *dummy financeiro* e os impostos sobre produtos (IBGE, 2005).

Segundo IBGE (2005) a atividade de agropecuária é composta por Lavoura permanente, lavoura temporária, pecuária, Horticultura, extrativa vegetal, silvicultura, investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes pescas, indústria rural, produção particular do pessoal residente no estabelecimento rural e serviços auxiliar da agropecuária.

A atividade indústria é constituída por extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

A atividade de prestação de serviços é constituída por comércio, alojamento e alimentação, transportes, comunicações, serviços financeiros, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, administração pública e demais serviços.

Somente a partir de 2003, a atividade administração pública passou a ser considerado como uma atividade separada da atividade prestação de serviços, pode se perceber a sua importância na composição do Pib nos municípios menores com baixa atividade econômica.

Segundo o relatório do IBGE (2005) o valor adicionado da Administração pública é levantado dos balanços dos municípios através das contas regionais. É formado pela soma dos salários pagos (do pessoal ativo, as demais despesas de pessoal, a terceirização da mão de obra e outras despesas de pessoal), as contribuições sociais efetivas (obrigações patronais), as contribuições imputadas (sendo a soma dos inativos, pensionistas e salário família, menos a contribuição para o custeio da previdência) e outros impostos sobre a produção (contribuição

para formação do PASEP). Estes itens não representam o gasto total dos governos locais.

Os impostos compreendem as esferas federais, estaduais e locais, na área federal temos o imposto sobre produtos industrializados – IPI, o imposto de importação e o imposto sobre operação de crédito, câmbio e seguro, ou sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários – IOF, na área estadual se destaca o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, e na área municipal o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN.

De acordo com IBGE (2004) o *dummy* financeiro é um setor fictício que tem produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeiros indiretamente medidos.

Segundo O IBGE (2004) O PIB municipal per *capita* “(...) é estimado pelo quociente entre o valor do PIB dos municípios e a população residente de cada município, tomando como referência a data de primeiro de julho de cada ano, em consonância ao cálculo do PIB *per capita* regional e nacional”.

Com o objetivo de se evitar o efeito do gasto público duas vezes sobre o produto interno bruto excluimos o setor público da composição do Pib, transformando-o em produto interno bruto ajustado municipal (PIBa) dividindo pelo população do município passando então para Produto Interno Bruto Ajustado per capita municipal (PIBa – pc).

4.3 Variável de Controle.

O crescimento do País influencia no crescimento dos Estados, portanto daí a necessidade desta variável de controle evitando-se assim efeitos que possam mascarar o resultado. A variável utilizada aqui será o PIB per capita do Brasil de 1999 a 2003. Na variável de controle utilizaram-se os mesmos critérios estabelecidos para as demais variáveis, isto é, atualizou-se pelo IGP-DI e a transformou para logaritmo neperiano.

Optou-se em não ajustar o Pib Brasil, excluindo os efeitos gerados pelo Estado do Espírito Santo no setor Administração Pública, tendo em vista que a sua participação do Estado na composição do Pib ser quase irrelevante no número final conforme quadro abaixo:

Tabela 3. Percentual participação do Estado do ES no PIB/ Brasil.

Ano	1999	2000	2001	2002	2003
% participação	1,9	2,0	1,9	1,8	1,9

Fonte: IBGE

Capítulo 5

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que estão demonstrados no gráfico nº 1 representa a participação do gasto social em relação ao gasto total de cada município, evidenciando fortemente a existência de um direcionamento de recursos arrecadados dos Municípios para a provisão de bens na área social.

O ponto extremo com menor percentual de aplicação de gasto social médio trata-se do município de Pedro Canário com 49,83% e no outro extremo com a maior aplicação encontra-se o município de Baixo Guandu com 78,46% sobre o gasto total, o ponto médio do gasto social dos municípios do período de 1999 a 2003 foi de 64,46% e a mediana está em 64,47% demonstrando o perfil alocativo dos governos local voltado para o “gasto social” (CUNHA REZENDE, 1997).

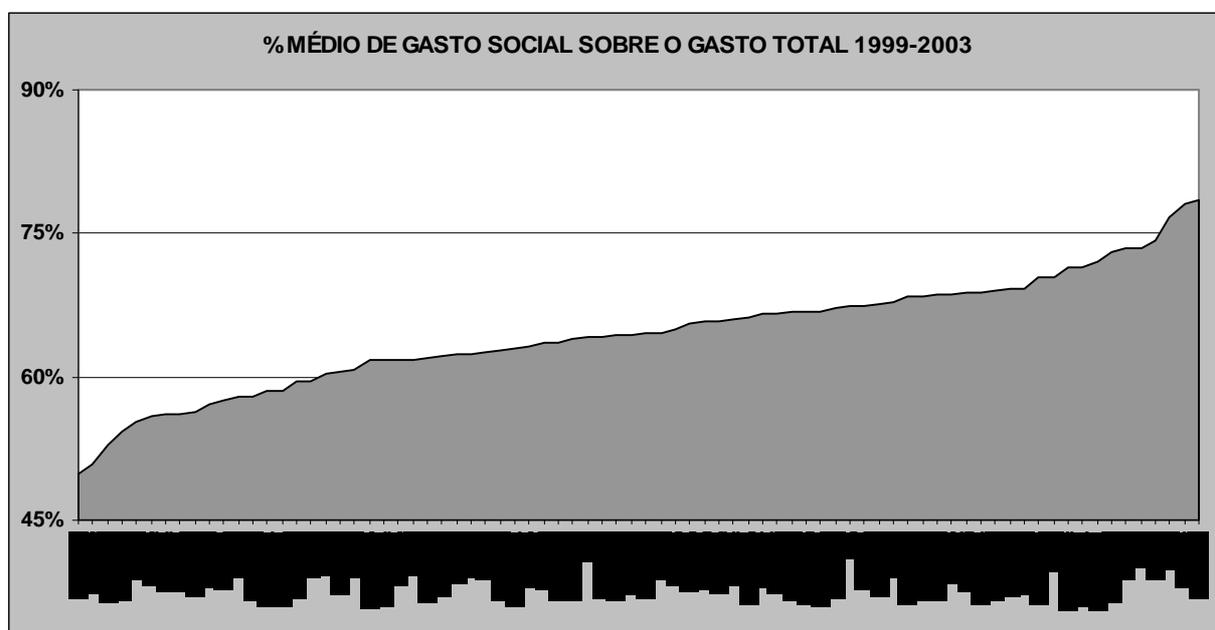


Gráfico 1 - Percentual médio de gasto social sobre o gasto total de 1999-2003.

Os 4 (quatro) Municípios que apresentam maior densidade populacional do Estado, Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha localizam-se na Região Metropolitana

formando um bloco de alternativas para os moradores com relação a prestação de serviços públicos, mas estes 4 Municípios não apresentam os mesmos percentuais em termos de gasto social. Cariacica com um percentual de 60,53%, está na 60ª posição de gasto social, Vila Velha o município com a maior população do Estado tem um percentual de 69,15% de gasto social sobre o gasto total encontra-se na 14ª posição de despesas com social, o Município da Serra tem um percentual de 73,52% em 5º lugar nos gastos sociais e a capital do Estado Vitória está na 4ª posição, dado importante é que o município de Vitória tem um percentual de 27,99% do PIB e uma receita orçamentária aproximadamente três vezes maior que o município de Vila Velha e duas vezes maior que o município de Serra o que representa um volume de gastos considerável em relação aos 77 outros municípios.

A estrutura de composição orçamentária dos municípios se produz com o encaminhamento pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo das devidas proposições de gastos, com gastos vinculados a determinações constitucionais (educação e saúde) e demais sem vínculos determinados, mas, atrelados a programas específicos determinados pela administração.

O gráfico nº 2 apresenta o percentual médio de 1999 a 2003, de gasto total e social sobre o PIB municipal onde é demonstrada uma variação em percentual expressiva, entre os governos locais. Observa-se que quanto maior o PIB a relação de gasto é menor, assim também podemos afirmar que quanto maior o PIB, menor o percentual de gastos.

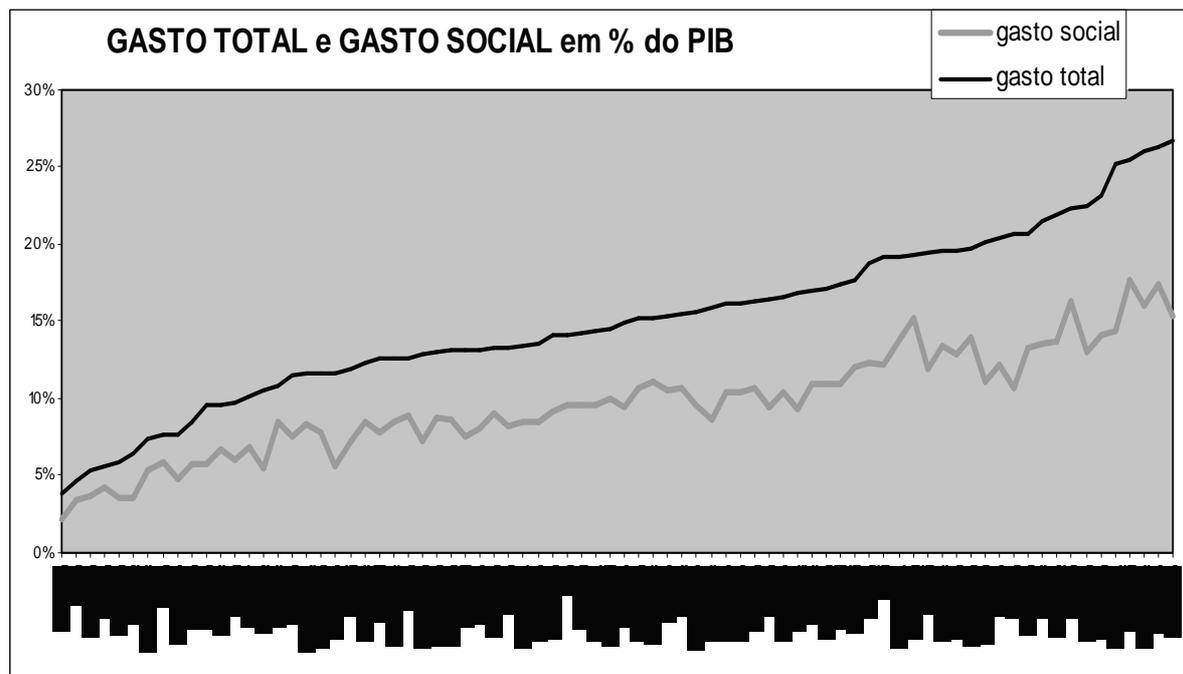


Gráfico 2 - Percentual médio de gasto social e gasto total de 1999-2003 em percentual do PIB.

Observa-se que um PIB alto não significa mais gastos ou maior arrecadação de receita, pelo contrário o estudo nos mostra que com um Pib alto os Municípios apresentam um percentual de gastos abaixo daqueles que apresentam um Pib menor. O Município de Vitória apresenta o maior percentual de participação no Pib estadual com 27,99% e, no entanto apresenta apenas 75º em gasto total com 5,68% e o 73º em gasto social com 4,22%.

Tabela 4 - Os dez Municípios em menor gasto como percentual do PIB

Município	Anchieta	Serra	Vila Velha	Vitória	Cariacica	Aracruz	São Mateus	Viana	Cachoeiro	Colatina
Gasto Total	3.81%	4.68%	5.37%	5.68%	5.92%	6.45%	7.40%	7.68%	7.69%	8.45%
Gasto Social	2.15%	3.44%	3.69%	4.22%	3.58%	3.60%	5.29%	5.91%	4.77%	5.74%
%PIB Estadual 2003	2.88%	16.94%	9.65%	27.99%	6.04%	5.84%	2.33%	1.77%	4.09%	2.21%
POPULAÇÃO 2003	20,873	360,806	378,129	305,721	344,194	69,521	97,225	57,288	187,478	107,946
PIB per capita 2003	40,029	13,603	7,395	26,534	5,089	24,340	6,940	8,942	6,317	5,945

O PIB do Estado do Espírito Santo em 2003 foi de R\$ 28,9 bilhões distribuídos em 78 (setenta e oito) municípios, sendo que apenas 10 (dez)

Municípios listados na tabela 3 representam 79,74% do Pib estadual, representando um valor de 23,1 bilhões, se pegarmos os cinco municípios da região da Grande Vitória (Vitória, Cariacica, Serra, Vila Velha e Viana) o percentual de concentração do PIB é de 62,39% portanto existe uma forte concentração do produto no Estado. Em contrapartida, de acordo com a tabela acima, os quatro Municípios de maior concentração do PIB estadual, Anchieta, Serra, Vila Velha e Vitória são os que detêm o menor gasto em percentual do PIB.

No cenário acima onde a média de gastos sociais em relação aos gastos totais é de 64,46% e esta forte concentração produto conforme quadro acima gera uma oportunidade do comportamento *free rider*⁴, onde os municípios com menor receita orçamentária e conseqüentemente menor disponibilidade financeira deixam de prover determinados bens para os moradores, onerando os municípios vizinhos. Existem evidências que a forte concentração de renda, de acordo com Barreto e Lima (2003, pg.2), tem o efeito de aumentar a ineficiência dos estados em gerar bem estar à população.

⁴ Segundo Cândido Junior (2001, pg.9) A existência dos bens públicos na economia constitui-se em falha de mercado, pois sua provisão por um sistema de preços descentralizado leva a uma sub-oferta. Os consumidores (ou famílias) tenderão a não revelar suas preferências (grau de utilidade) por bens públicos na expectativa de que outros façam e montem um mecanismo de financiamento para ofertá-los. Assim, está-se diante do problema do 'free-rider' (carona).

Capítulo 6

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos pela análise de “dados em painel” estão na Tabela X. A variável dependente é o PIB municipal ajustado per capita (PIBa-pc) e as variáveis independentes são os indicadores sociais.

TABELA 5. Efeitos aleatórios - Variável Dependente – PIBa-pc.

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Estatística t	Valor P.
Intercepto	(21.4908)	2.0068	(10.7092)	0.0000
Indicador Assistência e Previdência	(0.0060)	0.0196	(0.3058)	0.7599
Indicador Saúde e Saneamento	(0.0478)	0.0318	(1.5012)	0.1342
Indicador Educação e Cultura	(0.0148)	0.0446	(0.3311)	0.7407
Indicador Habitação e Urbanismo	0.0333	0.0156	2.1328	0.0336
PIB Brasil (VC)	3.2717	0.2219	14.7422	0.0000

R² ajustado = 54,96% , total de 370 observações.

Os resultados apurados pelo método econométrico aplicado no estudo demonstram que o primeiro indicador assistência e previdência social em sua relação com a variável dependente, apresentam um valor do “t calculado” (estatística t) de 0,3058 negativos, portanto menor do que o “t tabelado” que é de 1,9600 e um valor-p de 0,7599 demonstrando ser estatisticamente insignificante, não existindo uma relação estatística entre o gasto com assistência e previdência social e o efeito sobre o produto.

O segundo indicador Saúde/ Saneamento em sua relação com a variável dependente apresenta um valor de “t calculado” negativo de -1,5012 , menor do que o “t tabelado”, que é de -1,9600 e um a probabilidade de 0,1342 demonstrando ser estatisticamente insignificante.

. Dado que o gasto com saúde é uma determinação constitucional para os Estados e Municípios, instituído através da emenda constitucional 029 de 2000, facultando para aqueles entes da Federação que não tivessem ainda atingido um gasto mínimo de 12% de sua receita em 2000, teriam até 2004, com um gasto

adicional de 1/5 ao ano, da diferença entre o executado e o limite constitucional, para se adequar. O que poderia vir ser um dos fatores de influência negativa deste indicador no produto de acordo com os dados aqui explorados.

De acordo com estudos os gastos com saúde são direcionados para a camada mais pobre da população para tratamento com doenças, enquanto que os gastos nas camadas superiores seria uma maior procura por motivo de prevenção e exames de rotinas. De acordo com Néri e Soares (2002, pág.85), “os indivíduos mais pobres tem pior acesso a ativos de saúde, adoecem mais e consomem menos serviços de saúde”, estes indivíduos geralmente procuram o serviço de saúde público, colocado a sua disposição para tratamento dessas doenças.

Quanto ao Indicador Educação/Cultura o valor do “t calculado” é de -0,3311, menor do que o “t tabelado” que é de 1,9600, adiciona-se ainda o fato de que o “valor-p” é de 0,7407 demonstrando não haver qualquer relação entre este indicador e a variável dependente.

O Indicador Habitação/Urbanismo foi o único gasto que está justificando a transferência de recursos do setor privado para o setor público no âmbito desta pesquisa com um valor do “t calculado” é de 2,1328, maior do que o “t tabelado”, que é de 1,9600, quanto ao “valor p” de 0,0336 o que vem a ser abaixo do nível de significância que é de 0,05, evidenciando assim a relação entre este indicador e a variável PIBa per capita.

A tabela demonstra a probabilidade de 99,664% (i.e.: $0,9664=1-0,0336$ Indicador H/U= 0,0074); de que o indicador H/U tem influência na formação do PIBa per capita.

A tabela seguinte demonstra o resultado do trabalho com dados em painel aplicado com efeito fixo, no mesmo nível de significância de 5%:

Tabela 6. Efeitos Fixos - Variável Dependente – PIBa pc.

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t-Statistic	Valor P.
Intercepto	(21.5450)	2.0120	(10.7083)	0.0000
Indicador Assistência e Previdência	(0.0112)	0.0201	(0.5569)	0.5781
Indicador Saúde e Saneamento	(0.0553)	0.0324	(1.7079)	0.0887
Indicador Educação e Cultura	(0.0371)	0.0453	(0.8191)	0.4134
Indicador Habitação e Urbanismo	0.0251	0.0159	1.5789	0.1155
PIB Brasil	3.3016	0.2226	14.8322	0.0000

R² ajustado = 91,06% , total de 370 observações.

Através dos resultados apresentados dos dados em painel com efeitos fixos, observa-se uma grande semelhança com os resultados da planilha anterior dos efeitos randômicos, apenas uma mudança significativa no indicador habitação e urbanismo, passando este como os demais a não apresentar qualquer relação com o produto.

Portanto não procederemos a referida análise para os resultados com efeitos fixos dada a essa semelhança.

O teste de Hausman é usado para testar a compatibilidade dos dados quanto aos efeitos fixos ou aleatórios dado a semelhança dos resultados não foram aqui utilizados.

Capítulo 7

7 CONCLUSÃO

Observa-se um direcionamento dos entes locais para o chamado gasto social, com uma participação relevante no gasto total, de onde podemos concluir sobre dois direcionamentos: uma maior preocupação dos Municípios com o bem estar dos eleitores, reflexo de um maior acompanhamento da execução orçamentária por parte da sociedade (como exemplo: sindicatos, órgãos de controle externo); outro ponto é que sendo o gasto com educação e com a saúde determinações constitucionais, a preocupação de terem suas contas de gestão aprovadas pelos órgãos de controle, tem feito com que os prefeitos direcionem para esses gastos visando cumprir os preceitos da referida Lei.

No contexto da pesquisa desenvolvida conclui-se que o gasto social dos municípios do Estado do Espírito Santo, assistência e previdência social, de saúde e saneamento, educação e cultura, não existem qualquer evidência estatística de sua influência no PIB, quanto ao gasto com habitação e urbanismo, podemos afirmar que existe influencia favorável na formação do PIB.

Sem nenhuma pretensão de avaliar a qualidade do gasto público dos municípios aqui pesquisados, pode-se concluir que o gasto executado destes Municípios estatisticamente não se pode confirmar o efeito no crescimento econômico e sendo esses gastos mandamentos constitucionais não há qualquer evidência na mudança deste cenário.

Outro ponto a se considerar neste contexto está vinculado a geração de receitas provenientes do incentivo fiscal FUNDAP - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – que tem direcionado um montante de recursos “desviados de

outros Estados” para os Municípios do Estado do Espírito Santo, quando por se tratar de empresas de outros Estados estes recursos deveriam estar financiando bens públicos para aquela localidade onde deveria ser recolhido o imposto, acredita-se que com uma possível extinção deste incentivo ou queda das importações os Municípios venham a sofrer uma queda nestes gastos, tendo em vista uma diminuição na arrecadação de receita gerada por este incentivo.

Através dos resultados desta pesquisa propomos uma avaliação individual para cada município relacionando o Produto Interno Bruto ajustado per capita e o gasto social, objetivando o uso dos resultados como auxílio na preparação do orçamento municipal.

Outro ponto a ser considerado nesta pesquisa é a facilidade de aplicação deste estudo em outras unidades da Federação, haja vista que a metodologia aplicada, tanto para o levantamento dos dados orçamentários como para o produto interno bruto são padrões definidos e utilizados para todas as unidades, quer seja de governo estadual como para os governos locais.

Outra proposta seria replicar este estudo em outros Estados da Federação para avaliar se o comportamento do gasto social é relevante na formação do Pib Municipal daquela unidade da Federação.

Assim, observa-se um efeito negativo do gasto social dos Municípios do Estado do Espírito Santo na composição do Produto Interno Bruto do Estado do Espírito Santo, acredita-se que ao se retirar recursos do setor privado para serem utilizados pelo setor público, estes não estão proporcionando o efeito esperado na economia conforme resultado deste trabalho.

8 REFERÊNCIAS

BARRO, Robert j. Government spending in a simple model of endogenous growth. **The journal of Political Economy**, v.98, n.5, part 2. 1990. Disponível em: < <http://www.jstor.org> >. Acesso em: 21 jan. 2006.

BARRETO, Flávio A. F. D.; LIMA, Francisco Soares de. **Comércio internacional, dotações de fatores e a desigualdade de renda regional no Brasil**. Disponível em: < <http://www.caen.ufc.br/wp%20ataliba/Artigo%20FI%E1vio%20Soares%20I.pdf> > Acesso em: 26 jun. 2006.

BRASIL. Ministério de Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 abr. 1999. Disponível em: < http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp > Acesso em: 27 dez. 2005.

CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?**. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão n. 781. Brasília 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_781.pdf > Acesso em: 26 dez. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

COLE , Harold L., Lee E. Ohanian, Alvaro Riascos and James A. Schmitz, Jr. **Latin America in the Rearview Mirror**. Federal Reserve Bank of Minneapolis, Staff Report 351, November, 2004.

CUNHA REZENDE, Flávio da Cunha. **Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil (1980-1994)** - Dados v. 40, n. 3. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005 > Acesso em: 28 out. 2005.

DAVIS, Ian. Uma Janela única para o Brasil. **Veja**, São Paulo, a.39, n.19, p.104-105, 17 maio 2006. Entrevista concedida a Giuliano Guandalini.

FERNANDES, Maria Alice da Cunha *et al.* **Dimensionamento e acompanhamento do gasto social federal**. IPEA, texto para discussão nº. 547, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto interno bruto dos municípios 1999 – 2002**. Rio de Janeiro, IBGE, 2005. Contas Nacionais número 14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto interno bruto dos municípios**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. Série Relatórios Metodológicos v.29.

LEVINE, David M.; BERENSON Mark L.; STEPHAN David. **Estatística: teoria e aplicações: usando microsoft excel em português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LLEDÓ, Victor Duarte. **Distribuição de renda, crescimento endógeno e política fiscal: uma análise Cross-Section para os estados brasileiros**. Texto para Discussão n.441, IPEA. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/livraria/td.php?ano=1996> > Acesso em: 22 out. 2005.

NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO LÍZIA de. **Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos**. Texto para discussão n° 267. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte.2005. Disponível em: Acesso em 22 maio 2006. <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20267.pdf>

NÉRI, Marcelo; SOARES, Wagner L.. Desigualdade social e saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em: 11 maio 2006.

PINDYCK, Robert S.; RUNBINFELD, Daniel L. **Econometria: modelos e previsões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RAM, Rami. Government size and economic growth: a new framework and some evidence from cross-section and time-series data. **The American Economic Review**. v.76, n. 1, 1986. Disponível em: < <http://www.jstor.org> > Acesso em: 21 abr. 2006.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2.ed.São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flavio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAMUELSON, Paul A.;NORDHAUS, William D.. **Economia**. Espanha: McGraw-Hill, 1990.

SANTANA, José Ricardo de; GARCIA, Fernando; SOUZA, Rogério. Efeitos da infraestrutura sobre o crescimento e sobre a produtividade. In: FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO, 2005, Fortaleza: ANPEC, 2005. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.anpec.org.br/nordeste/2005/ProgramacaoERNE2005.doc> Acesso em: 26 jun. 2006.

SCHMITZ, James. The Role played by public enterprises: how much does it differ across countries. **Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review**. 20 (2), Spring , 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES. 6. ed. Vitória, 2002.

Tabela 07. Relação dos Municípios

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Nº	MUNICÍPIO	CÓDIGO	Nº	MUNICÍPIO	CÓDIGO
1	Afonso Cláudio	A.Cláudio	40	Jerônimo Monteiro	J.Monteiro
2	Água Doce do Norte	A.D. Norte	41	João Neiva	JoaoNeiva
3	Águia Branca	A.Branca	42	Laranja da Terra	L.da Terra
4	Alegre	Alegre	43	Linhares	Linhares
5	Alfredo Chaves	Al.Chaves	44	Mantenópolis	Mantenó
6	Alto Rio Novo	A.R.Novo	45	Marataizes	Marataizes
7	Anchieta	Anchieta	46	Marechal Floriano	M.Floriano
8	Apiacá	Apiacá	47	Marilândia	Marilândia
9	Aracruz	Aracruz	48	Mimoso do Sul	Mim.Sul
10	Atílio Vivacqua	AtilioV.V.	49	Montanha	Montanha
11	Baixo Guandu	B.Guandu	50	Mucurici	Mucurici
12	Barra de São Francisco	B.S. Franc.	51	Muniz Freire	M.Freire
13	Boa Esperança	BoaEsp	52	Muqui	Muqui
14	Bom Jesus do Norte	BomJesus	53	Nova Venécia	Nova Vené.
15	Brejetuba	Brejetuba	54	Pancas	Pancas
16	Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro	55	Pedro Canário	P.Canário
17	Cariacica	Cariacica	56	Pinheiros	Pinheiros
18	Castelo	Castelo	57	Piúma	Piúma
19	Colatina	Colatina	58	Ponto Belo	P.Belo
20	Conceição da Barra	C.Barra	59	Presidente Kennedy	P.Kennedy
21	Conceição do Castelo	C.Castelo	60	Rio Bananal	RioBanan
22	Divino de São Lourenço	D.S. Loure.	61	Rio Novo do Sul	R.N.Sul
23	Domingos Martins	D.Martins	62	Santa Leopoldina	S.Leopold.
24	Dores do Rio Preto	D.R.Preto	63	Santa Maria de Jetibá	S.M.Jetibá
25	Ecoporanga	Ecoporan	64	Santa Teresa	S.Tereza
26	Fundão	Fundão	65	São Domingos do Norte	S.D.Norte
27	Governador Lindenberg	GovLind	66	São Gabriel da Palha	S.G.Palha
28	Guaçu	Guaçu	67	São Jose do Calçado	S.J.Calçado
29	Guarapari	Guarapari	68	São Mateus	SãoMateus
30	Ibatiba	Ibatiba	69	São Roque do Canaã	SãoRoque
31	Ibiraçu	Ibiraçu	70	Serra	Serra
32	Ibitirama	Ibitirama	71	Sooretama	Sooretama
33	Iconha	Iconha	72	Vargem Alta	Varg.Alta
34	Irupi	Irupi	73	Venda Nova do Imigrante	V.N.Imigra
35	Itaguaçu	Itaguaçu	74	Viana	Viana
36	Itapemirim	Itapemirim	75	Vila Pavão	VilaPavão
37	Itarana	Itarana	76	Vila Valério	V.Valério
38	Iuna	Iuna	77	Vila Velha	VilaVelha
39	Jaguaré	Jaguaré	78	Vitória	Vitória

Fonte: o Autor

Tabela 8 – Funções e Sub-funções utilizadas como gasto social.

❖ Função 08 - Assistência Social que compreende:

- 241 - Assistência ao Idoso.
- 242 - Assistência ao Portador de Deficiência.
- 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente.
- 244 - Assistência Comunitária.

❖ Função 09 - Previdência Social que compreende:

- 271 - Previdência Básica.
- 272 - Previdência do Regime Estatutário.
- 273 - Previdência Complementar.
- 274 - Previdência Especial.

❖ Função 10 – Saúde que compreende:

- 301 - Atenção Básica.
- 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial.
- 303 - Suporte Profilático e Terapêutico.
- 304 - Vigilância Sanitária.
- 305 - Vigilância Epidemiológica.
- 306 - Alimentação e Nutrição.

❖ Função 12 – Educação que compreende:

- 361 - Ensino Fundamental.
- 362 - Ensino Médio.
- 363 - Ensino Profissional.

- 364 - Ensino Superior.
 - 365 - Educação Infantil.
 - 366 - Educação de Jovens.
 - 367 - Educação Especial.
- ❖ Função 13 – Cultura que compreende:
- 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico.
 - 392 - Difusão Cultural.
- ❖ Função 15 – Urbanismo que compreende:
- 451 - Infra-Estrutura Urbana.
 - 452 - Serviços Urbanos.
 - 453 - Transportes Coletivos e Urbanos.
- ❖ Função 16 – Habitação que compreende:
- 481 - Habitação Rural.
 - 482 - Habitação Urbana.
- ❖ Função 17 – Saneamento que compreende:
- 511 - Saneamento Básico Rural.
 - 512 - Saneamento Básico Urbano.

Tabela 9. Produto Interno Bruto dos Municípios do Espírito Santo.

Município	Produto Interno Bruto (em Milhões Correntes)				
	1999	2000	2001	2002	2003
Afonso Cláudio	86,584	109,372	87,529	88,035	89,833
Águia Branca	28,880	36,230	29,804	30,467	26,464
Água Doce do Norte	23,174	28,073	25,291	26,334	32,110
Alegre	89,293	102,281	92,186	84,505	97,106
Alfredo Chaves	43,474	46,241	41,023	41,681	47,063
Alto Rio Novo	15,883	18,432	15,717	16,536	17,255
Anchieta	498,662	539,663	514,459	663,423	835,522
Apiacá	22,074	22,982	20,248	21,661	24,321
Aracruz	950,692	971,904	940,340	1,275,148	1,692,122
Atilio Vivacqua	30,347	34,766	44,263	53,752	53,740
Baixo Guandu	82,450	90,304	90,717	112,756	106,952
Barra de São Francisco	96,766	118,687	109,619	117,522	135,497
Boa Esperança	36,646	45,471	49,413	50,074	48,756
Bom Jesus do Norte	29,077	34,624	33,828	33,692	36,471
Brejetuba	35,641	41,951	20,585	36,321	31,347
Cachoeiro de Itapemirim	794,563	909,244	967,552	1,015,718	1,184,323
Cariacica	1,153,111	1,309,347	1,376,383	1,573,657	1,751,456
Castelo	117,757	127,672	123,741	119,352	134,687
Colatina	531,216	571,474	542,339	570,943	641,749
Conceição da Barra	117,210	117,421	105,561	199,793	184,500
Conceição do Castelo	36,266	41,198	35,472	35,837	37,511
Divino de São Lourenço	13,476	13,703	12,213	11,994	13,230
Domingos Martins	137,835	136,128	134,697	125,998	130,618
Dores do Rio Preto	18,688	20,611	22,393	22,005	23,858
Ecoporanga	66,783	77,490	77,115	83,172	85,100
Fundão	50,470	53,619	51,350	77,910	67,244
Governador Lindenberg (*)	-	-	35,496	31,153	31,291
Guaçu	76,077	92,212	89,205	93,249	104,015
Guarapari	383,748	419,480	422,073	396,686	429,969
Ibatiba	50,431	61,125	51,252	52,554	52,556
Ibiraçu	63,846	68,614	77,761	84,269	83,517
Ibitirama	23,547	24,209	21,722	19,953	22,067
Iconha	42,140	47,609	47,178	48,384	58,441
Irupi	33,994	36,916	30,716	31,115	29,873
Itaguaçu	58,639	67,731	58,989	52,690	50,525
Itapemirim	99,465	113,360	103,998	135,487	234,994
Itarana	39,443	42,136	34,138	35,114	35,481
Iúna	76,869	111,333	76,705	76,836	77,471
Jaguaré	75,483	95,079	83,601	185,474	212,344
Jerônimo Monteiro	29,018	30,444	29,914	30,538	32,924
João Neiva	66,567	80,434	84,072	84,252	99,551
Laranja da Terra	27,728	31,013	27,364	27,096	27,368
Linhares	436,509	522,725	574,081	698,787	831,509
Mantenópolis	24,104	27,981	26,847	27,973	29,307
Marataízes	89,202	93,026	94,661	98,159	105,030
Marechal Floriano	45,266	60,095	52,380	57,477	65,322
Marilândia	29,380	33,787	29,628	30,837	33,016
Mimoso do Sul	93,897	102,855	91,876	96,698	100,006
Montanha	49,645	69,993	59,274	58,591	63,703
Mucurici	21,076	23,015	23,016	22,283	22,157
Muniz Freire	69,282	70,273	56,689	51,517	50,910
Muqui	33,756	37,820	35,425	34,289	37,485

Município	Produto Interno Bruto (em Milhões Correntes)				
	1999	2000	2001	2002	2003
Nova Venécia	146,513	203,663	199,727	188,359	203,457
Pancas	46,621	53,815	46,697	46,170	49,964
Pedro Canário	61,179	64,437	72,528	83,672	91,063
Pinheiros	75,360	85,720	97,685	99,576	99,059
Piúma	51,404	56,505	61,311	62,031	67,022
Ponto Belo	19,858	23,309	21,909	19,999	20,533
Presidente Kennedy	32,364	32,350	26,635	33,429	98,822
Rio Bananal	60,571	83,662	54,582	50,096	50,682
Rio Novo do Sul	33,185	37,024	35,840	39,826	42,099
Santa Leopoldina	43,515	44,372	48,048	42,628	42,083
Santa Maria de Jetibá	112,245	126,469	132,382	134,963	151,245
Santa Teresa	84,305	96,864	78,146	81,518	88,121
São Domingos do Norte	18,790	24,505	26,394	28,316	26,237
São Gabriel da Palha	76,439	95,691	90,757	93,739	99,487
São José do Calçado	37,800	64,442	59,527	45,961	48,524
São Mateus	412,679	550,364	644,563	623,286	674,702
São Roque do Canaã	41,937	43,330	40,499	42,874	40,432
Serra	2,600,252	3,029,935	3,482,101	4,018,718	4,908,127
Sooretama	59,141	97,888	79,535	81,881	73,299
Vargem Alta	74,642	72,383	68,569	71,406	79,050
Venda Nova do Imigrante	74,004	79,492	72,623	78,303	87,724
Viana	262,247	286,133	295,576	331,339	512,252
Vila Pavão	26,953	43,925	37,766	33,589	31,844
Vila Valério	33,102	43,438	35,385	33,889	35,803
Vila Velha	1,965,248	2,274,300	2,336,463	2,370,952	2,796,420
Vitória	5,175,661	5,934,080	6,510,972	6,936,771	8,111,974
ESPIRITO SANTO	18,772,147	21,530,247	22,538,119	24,723,040	28,979,694

FONTE: IBGE

Tabela 10. Percentual excluído do PIB referente ao Setor Administração Pública.

% do setor Administração Pública no PIB Municipal						
Municípios	1999	2000	2001	2002	2003	Média
Anchieta	3.89%	3.84%	4.33%	3.80%	3.77%	3.93%
Vitória	6.29%	5.63%	5.36%	5.65%	5.71%	5.73%
Aracruz	7.01%	6.81%	7.65%	6.37%	5.46%	6.66%
Serra	10.15%	9.33%	8.73%	8.62%	8.05%	8.98%
Vila Velha	12.07%	11.42%	11.81%	13.19%	13.58%	12.42%
Ibiraçu	13.81%	13.59%	12.57%	12.99%	15.40%	13.67%
São Mateus	16.36%	13.38%	12.36%	14.43%	15.88%	14.48%
Viana	17.60%	17.37%	16.79%	16.90%	12.70%	16.27%
Cachoeiro	17.13%	16.01%	15.95%	17.15%	16.86%	16.62%
Jaguaré	21.75%	18.27%	21.45%	10.87%	11.12%	16.69%
Colatina	17.03%	17.11%	17.29%	18.43%	19.10%	17.79%
Linhares	20.59%	18.46%	17.98%	16.60%	16.60%	18.05%
João Neiva	19.84%	17.24%	17.20%	19.28%	19.41%	18.60%
C.Barra	18.01%	19.43%	23.22%	13.82%	19.09%	18.71%
Cariacica	20.43%	19.53%	19.31%	19.02%	18.74%	19.41%
V.N.Imigra	17.60%	17.63%	19.98%	21.04%	21.71%	19.59%
Atílio Vivácqua	23.40%	21.97%	18.52%	17.23%	21.06%	20.44%
S.M.Jetibá	20.16%	19.11%	19.40%	21.50%	22.94%	20.62%
Pinheiros	21.69%	20.08%	18.46%	20.12%	23.59%	20.79%
Guarapari	18.14%	18.48%	18.92%	22.94%	25.51%	20.80%
Itapemirim	22.37%	21.53%	24.20%	21.04%	15.25%	20.88%
Nova Venécia	23.12%	17.65%	18.67%	22.16%	23.66%	21.05%
S.J.Calçado	24.02%	15.08%	16.96%	24.50%	26.95%	21.50%
Sooretama	22.79%	15.06%	20.70%	22.77%	29.28%	22.12%
D.Martins	17.82%	19.10%	20.69%	24.89%	28.73%	22.25%
M.Floriano	22.31%	18.21%	23.19%	23.92%	24.55%	22.44%
P.Kennedy	26.34%	27.86%	25.12%	22.21%	13.09%	22.92%
Iconha	22.58%	21.06%	22.49%	24.62%	23.92%	22.93%
Fundão	22.69%	22.38%	25.14%	18.75%	26.04%	23.00%
Vargem Alta	17.79%	19.82%	23.94%	26.08%	27.62%	23.05%
São Roque	19.43%	20.00%	22.87%	24.19%	29.07%	23.11%
Itaguaçu	19.09%	17.55%	21.89%	27.43%	33.16%	23.82%
Castelo	21.75%	21.46%	23.05%	26.78%	27.53%	24.12%
Vila Pavão	25.89%	16.82%	20.96%	26.28%	30.77%	24.14%
S.Tereza	21.93%	20.14%	25.72%	27.53%	28.28%	24.72%
Mimoso do Sul	21.75%	21.44%	25.13%	26.73%	29.27%	24.86%
Piúma	23.75%	23.41%	23.22%	26.28%	28.47%	25.03%
P.Canário	26.38%	26.76%	24.71%	23.85%	24.71%	25.28%
S.G.Palha	26.54%	22.41%	24.67%	26.78%	27.41%	25.56%
Bom Jesus	26.16%	23.72%	24.25%	27.39%	29.78%	26.26%
Boa Esperança	25.89%	22.37%	23.89%	26.33%	33.62%	26.42%
Guaçu	27.33%	23.97%	26.44%	28.45%	28.98%	27.03%
Montanha	28.47%	21.52%	26.10%	29.24%	31.22%	27.31%
Gov. Lindenberg	-	-	21.77%	27.83%	32.76%	27.45%
D.R.Preto	26.32%	25.96%	25.14%	28.81%	32.75%	27.80%
R.N.Sul	27.38%	26.34%	28.29%	28.58%	31.40%	28.40%
C.Castelo	25.26%	23.91%	28.14%	31.07%	33.98%	28.47%
Marataizes	25.50%	26.11%	27.65%	30.30%	33.27%	28.57%
P.Belo	25.68%	23.42%	25.73%	31.48%	36.82%	28.63%
B.S. Francisco	27.38%	26.12%	29.21%	30.41%	31.23%	28.87%

Municípios	% do setor Administração Pública no PIB Municipal					Média
	1999	2000	2001	2002	2003	
Alfredo Chaves	25.11%	24.72%	29.61%	32.60%	32.42%	28.89%
B.Guandu	29.90%	28.87%	28.60%	25.65%	31.64%	28.93%
Itarana	22.95%	22.87%	29.77%	32.42%	37.38%	29.08%
Iuna	27.20%	20.12%	29.32%	32.87%	37.85%	29.47%
Ecoporanga	30.60%	27.86%	29.08%	29.96%	31.61%	29.82%
S.Leopoldina	26.76%	27.82%	26.60%	33.65%	35.97%	30.16%
Rio Bananal	24.68%	18.78%	29.77%	36.27%	41.36%	30.17%
Mucurici	28.38%	26.07%	27.49%	31.83%	37.65%	30.28%
Alegre	27.47%	25.57%	28.74%	34.97%	38.15%	30.98%
S.D.Norte	34.92%	28.78%	27.09%	28.41%	36.33%	31.10%
A.Cláudio	27.79%	23.61%	31.71%	35.24%	39.02%	31.47%
Irupi	25.68%	25.26%	31.73%	35.07%	40.28%	31.60%
Marilândia	29.44%	27.73%	32.06%	34.53%	36.49%	32.05%
M.Freire	23.78%	25.22%	31.04%	37.91%	42.76%	32.14%
Brejetuba	22.95%	21.07%	46.83%	29.89%	40.57%	32.26%
J.Monteiro	28.67%	29.66%	31.11%	34.24%	39.33%	32.60%
V.Valério	28.57%	23.20%	32.74%	38.15%	42.95%	33.12%
Ibatiba	29.33%	26.94%	33.64%	37.06%	41.31%	33.66%
Muqui	31.81%	29.40%	33.76%	38.79%	39.12%	34.58%
Apiacá	29.47%	30.32%	35.58%	37.25%	40.86%	34.70%
Ibitirama	26.66%	25.21%	35.91%	44.08%	48.38%	36.05%
L.da Terra	32.88%	31.42%	35.16%	39.57%	45.72%	36.95%
A.D. Norte	35.79%	30.30%	38.53%	41.93%	43.27%	37.96%
A.Branca	36.81%	31.21%	36.90%	39.39%	46.86%	38.23%
Pancas	37.21%	33.65%	39.67%	44.52%	46.43%	40.30%
D.S. Lourenço	32.12%	33.46%	40.90%	46.89%	49.42%	40.56%
A.R.Novo	37.49%	35.03%	42.97%	45.21%	50.43%	42.23%
Mantenópolis	44.15%	39.91%	41.76%	44.08%	46.95%	43.37%

Fonte: IBGE

Tabela 11. Pib per capita 1999 a 2003.

Nome do Município	PIB PER CAPITA (*) em Reais				
	1999	2000	2001	2002	2003
Anchieta	26,332	27,867	25,923	33,360	40,029
Vitória	17,794	20,152	21,842	22,269	26,534
Aracruz	14,839	14,903	14,109	19,184	24,340
Serra	8,212	9,251	10,297	11,584	13,603
Jaguaré	3,886	4,826	4,184	3,230	10,341
P.Kennedy	3,454	3,441	2,783	2,549	10,290
Viana	4,946	5,292	5,366	6,243	8,942
Ibiraçu	6,316	6,732	7,573	9,174	8,001
Itapemirim	3,573	3,971	3,561	4,182	7,673
VilaVelha	5,742	6,476	6,493	6,645	7,395
Linhares	3,899	4,599	4,992	5,517	7,033
São Mateus	4,590	5,901	6,894	8,686	6,940
C.Barra	4,456	4,377	3,878	7,169	6,547
Cachoeiro	4,581	5,138	5,367	5,496	6,317
João Neiva	4,374	5,218	5,386	5,346	6,209
Atílio Vivacqua	3,678	4,119	5,138	6,048	5,976
Colatina	4,737	5,028	5,149	5,424	5,945
Cariacica	3,581	3,993	4,094	4,494	5,089
M.Floriano	3,751	4,862	4,139	4,710	4,928
V.N.Imigra	4,631	4,836	4,300	4,439	4,924
S. M. Jetibá	3,970	4,369	4,452	4,602	4,883
Iconha	3,690	4,114	4,031	4,151	4,868
Fundão	3,918	4,067	3,804	5,094	4,759
Pinheiros	3,535	4,020	4,581	4,813	4,645
S.J.Calçados	3,706	7,104	5,732	4,709	4,582
Nova Venécia	3,417	4,708	4,578	4,453	4,581
Guarapari	4,402	4,654	4,535	4,372	4,340
S.Tereza	4,045	4,643	3,763	3,768	4,210
Vargem Alta	4,346	4,100	3,783	3,922	4,140
P.Canário	2,737	2,926	3,288	3,682	4,101
D.Martins	4,541	4,407	4,300	4,073	4,037
Castelo	3,611	3,873	3,716	3,693	3,961
Piúma	3,489	3,682	3,841	3,918	3,894
Guaçu	3,003	3,585	3,417	3,576	3,866
B.Guandu	2,967	3,240	3,247	3,794	3,806
Vila Pavão	3,239	5,265	4,510	4,099	3,784
Montanha	2,869	4,067	3,464	3,564	3,766
São Roque	4,050	4,141	3,854	4,332	3,761
Bom Jesus do Norte	3,171	3,722	3,582	3,518	3,748
Mimoso do Sul	3,597	3,907	3,459	3,651	3,695
Sooretama	3,269	5,222	4,185	3,622	3,683

Nome do Município	PIB PER CAPITA (*) em Reais				
	1999	2000	2001	2002	2003
D.R.Preto	3,041	3,301	3,528	3,804	3,639
Mucurici	3,586	3,886	3,851	3,598	3,634
S.G.Palha	2,888	3,566	3,355	3,510	3,596
Ecoporanga	2,782	3,235	3,227	3,355	3,576
R.N.Sul	2,966	3,267	3,120	3,266	3,574
B.S. Francisco.	2,580	3,147	2,891	3,175	3,534
Boa Esperança	2,686	3,309	3,577	3,635	3,485
C.Castelo	3,329	3,767	3,232	3,403	3,391
Itaguaçu	4,059	4,650	4,016	3,492	3,383
Al.Chaves	3,203	3,380	2,977	3,025	3,361
S.D.Norte	2,506	3,216	3,414	3,706	3,293
Santa Leopoldina.	3,506	3,533	3,788	3,366	3,237
Governador Lindenberg	-	-	3,743	3,332	3,222
P.Belo	3,178	3,712	3,466	3,328	3,209
Marilândia	2,973	3,383	2,937	2,953	3,208
Marataizes	2,954	2,990	2,958	3,030	3,108
Apiacá	2,909	3,001	2,621	2,845	3,093
J.Monteí	2,865	2,964	2,872	2,738	3,075
Rio Bananal	3,682	5,072	3,310	3,041	3,038
Alegre	2,821	3,217	2,886	2,735	3,013
Itarana	3,467	3,667	2,941	2,885	2,997
Iuna	2,960	4,230	2,876	2,955	2,831
Irupi	3,295	3,547	2,925	3,018	2,797
A.Branca	3,018	3,792	3,140	3,304	2,782
Muqui	2,481	2,774	2,591	2,602	2,738
A.Cláudio	2,694	3,379	2,684	2,734	2,716
M.Freire	3,515	3,571	2,889	2,626	2,611
D.S. Lourenço.	2,817	2,817	2,469	2,479	2,590
A.R.novo	2,273	2,659	2,287	2,536	2,555
Mantemópolis	1,962	2,314	2,256	2,430	2,547
Ibatiba	2,648	3,144	2,582	2,618	2,543
V.Valério	2,391	3,121	2,528	2,661	2,530
Brejetuba	3,071	3,555	1,715	2,999	2,526
A.D. Norte	1,807	2,190	1,981	2,117	2,514
Pancas	2,312	2,637	2,300	2,289	2,478
L.da Terra	2,539	2,831	2,491	2,553	2,476
Ibitirama	2,577	2,601	2,290	2,146	2,244
ESP.SANTO	6,105	6,880	7,078	7,631	8 792
BRASIL(**)	5,800	6,473	6,954	7,631	8,694

Fonte: IBGE

